





#### ISSN 2966-1218

doi.org/10.5281/zenodo.13838925

# POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SAÚDE DAS FAMÍLIAS E DAS COMUNIDADES NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM TEMPOS DE PÓS-PANDEMIA

PUBLIC POLICIES FOR THE HEALTH OF FAMILIES AND COMMUNITIES IN THE CONTEXT OF PRIMARY HEALTH CARE IN POST-PANDEMIC TIMES

#### Lúcia de Fátima Pereira Leite Marinho<sup>1</sup>

Graduada em Medicina - Pernambuco luciafplmarinho@gmail.com

https://orcid.org/0009-0002-4670-5623

## Alessandra Santana dos Santos<sup>2</sup>

Graduada Nutrição — Bahia alesantanasantos 10@gmail.com

#### Pablo de Jesus Oliveira<sup>3</sup>

Graduando em Medicina - Roraima pabloifrr12.oliveira@gmail.com https://orcid.org/0009-0007-9494-9637

## Davi Magalhães Carvalho<sup>4</sup>

Mestre em políticas públicas - Tiangua-CE davi.magalhaes@unintatiangua.edu.br https://orcid.org/0000-0002-9028-8823

#### Mariana dos Santos Machado<sup>5</sup>

Graduada em Biomedicina - Pernambuco mariana.smachado2@ufpe.br

https://orcid.org/0009-0007-0543-5272

<sup>1</sup> Graduada em Medicina pela UPE em julho de 1994. Residência Médica em Pediatria no Hospital Barão de Lucena (SES-PE) -1995 a 1997. Título de Especialista em Medicina do Tráfego pela AMB e ABRAMET - 05 de agosto de 1996. Especialização em Dermatologia no HC-UFPE (1997- 1999). Especialização Multiprofissional em Saúde das Famílias e das Comunidades pela UFPE (2015 - 2016). Pós-graduação em Psiquiatria pela Unifil 400h/aula (maio 2016 a setembro de 2018). Especialização em Terapia Cognitivo Comportamental na UNICAP (Setembro de 2019 a fevereiro

de 2022)

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Graduada em Biomedicina pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)



<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Graduada Nutrição pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Jequié

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Graduando em Medicina pela Universidade Estadual de Roraima (UERR)

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Mestre em políticas públicas, Graduado em Psicologia/ Faculdade Uninta Tianguá





RESUMO A pandemia de COVID-19 trouxe à tona a fragilidade dos sistemas de saúde e a importância da atenção primária à saúde como um pilar essencial na promoção do bem-estar das famílias e comunidades. Neste novo contexto, tornou-se fundamental repensar e fortalecer as políticas públicas que visem garantir acesso equitativo a cuidados de saúde, considerando as necessidades específicas de cada grupo social. Este estudo tem como objetivo analisar e propor diretrizes para políticas públicas que fortaleçam a saúde das famílias e das comunidades, promovendo uma abordagem integrada e humanizada na atenção primária. Buscamos identificar estratégias que possam ser implementadas para atender às demandas emergentes e melhorar a qualidade de vida da população pós-pandemia. Pois a valorização do saber popular e o envolvimento das comunidades na formulação de estratégias demonstraram melhorar o acesso aos serviços de saúde e aumentar a adesão às práticas preventivas. Além disso, a promoção de programas de educação em saúde e o fortalecimento das redes de apoio comunitário mostraram-se fundamentais para as famílias. Sendo que as políticas públicas para a saúde das famílias e das comunidades precisam ser adaptáveis e centradas nas pessoas, especialmente em tempos de pós-pandemia. A escuta ativa e a participação da população são essenciais para o desenvolvimento de estratégias que realmente atendam às suas necessidades. Ao priorizar a atenção primária à saúde como um espaço de cuidado integral, podemos construir um sistema mais justo e eficaz, capaz de enfrentar os desafios futuros e promover o bem-estar de todos.

Palavras-chave: Saúde Pública; Família; Políticas Públicas; Covid-19

ABSTRACT The COVID-19 pandemic has highlighted the fragility of health systems and the importance of primary health care as an essential pillar in promoting the well-being of families and communities. In this new context, it has become essential to rethink and strengthen public policies that aim to guarantee equitable access to health care, considering the specific needs of each social group. This study aims to analyze and propose guidelines for public policies that strengthen the health of families and communities, promoting an integrated and humanized approach to primary care. We seek to identify strategies that can be implemented to meet emerging demands and improve the quality of life of the post-pandemic population. Because the appreciation of popular knowledge and the involvement of communities in formulating strategies have been shown to improve access to health services and increase adherence to preventive practices. Furthermore, promoting health education programs and strengthening community support networks proved to be fundamental for families. Public policies for the health of families and communities need to be adaptable and people-centered, especially in post-pandemic times. Active listening and public participation are essential for developing strategies that truly meet their needs. By prioritizing primary health care as a space for comprehensive care, we can build a fairer and more effective system, capable of facing future challenges and promoting the well-being of all.

**Keywords:** Public health; Family; Public Policies; Covid-19

## INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 nos forçou a repensar a forma como encaramos a saúde e o bemestar de nossas comunidades, neste período em que as relações interpessoais foram severamente afetadas, e a fragilidade dos sistemas de saúde se tornou evidente. Nesse cenário desafiador, as políticas públicas para a saúde das famílias e das comunidades emergem como um elemento crucial, com a atenção primária à saúde no centro desse esforço (Fontenele Junior, 2024). É fundamental compreender que, ao investir em políticas que priorizam a saúde coletiva, estamos promovendo não







apenas a cura de doenças, mas o fortalecimento de laços sociais e de redes de apoio (De Castro et al., 2022)

Segundo Quirino et al., (2020) a atenção primária à saúde é, muitas vezes, o primeiro ponto de contato das pessoas com os serviços de saúde, pois nesse espaço, profissionais são capazes de identificar não apenas as necessidades clínicas, mas também as questões sociais que impactam a saúde destes indivíduos. A criação de políticas que apoiem essa abordagem é vital, pois possibilita um atendimento mais integrado e humano. Em tempos pós-pandemia, isso se torna ainda mais relevante, pois muitos indivíduos enfrentam não só as consequências físicas do vírus, mas também o impacto psicológico das perdas e do isolamento social (Castro-Silva, Ianni, Forte, 2021).

Além disso, é imprescindível que essas políticas públicas sejam desenhadas com a participação ativa das comunidades. Quando as famílias e os indivíduos são ouvidos, suas necessidades e realidades podem ser melhor compreendidas, resultando em iniciativas que realmente fazem a diferença. A construção de estratégias de saúde deve levar em conta a diversidade cultural, social e econômica de cada comunidade, respeitando suas singularidades e promovendo um cuidado mais inclusivo e efetivo, pois nesse contexto, a colaboração entre os diferentes setores da sociedade é essencial para criar um ambiente saudável e sustentável (Azevedo, 2024).

Segundo Pereira et al., (2024) ao refletirmos sobre as políticas públicas para a saúde em tempos pós-pandemia, é importante lembrar que a saúde vai além da ausência de doenças, entendo que ela está intrinsecamente ligada à qualidade de vida, ao suporte social e à dignidade humana. O fortalecimento da atenção primária à saúde, por meio de políticas bem elaboradas e sensíveis, não só facilitará o acesso ao cuidado, mas também promoverá um ambiente onde famílias e comunidades possam prosperar. Este é um passo essencial para garantir que a saúde se torne uma realidade acessível e significativa para todos.

#### **MÉTODOS**

A metodologia empregada neste artigo consiste em uma revisão bibliográfica qualitativa. A busca por artigos foi realizada nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico, PubMed, utilizando as palavras-chave "Pandemia", "Políticas Públicas", "Saúde Pública" e "Saúde Comunitária". Este enfoque visou analisar uma ampla abordagens aplicadas durante o periódo pandemico e como as póliticas públicas foram direcionandas as comunidades mais vulneraveis.

Para garantir a relevância e a qualidade das informações, a seleção dos artigos foi restringida a publicações completas em português, priorizando estudos que se aproximam da temática central,







com foco nos últimos oito anos (2017-2024). Essa janela temporal foi escolhida para assegurar a inclusão das evidências mais recentes e pertinentes de estudos disponíveis.

O processo de seleção ocorreu em duas etapas: inicialmente, realizou-se uma triagem com base em títulos e resumos para identificar estudos potencialmente relevantes. Os artigos selecionados nesta fase foram, então, analisados na íntegra, a fim de verificar se atendiam aos critérios estabelecidos. Aplicaram-se critérios de exclusão para remover estudos que não correspondessem aos tipos de pesquisa definidos, que não abordassem diretamente terapias para dores crônicas ou que não estivessem integralmente disponíveis em português.

A extração de dados envolveu a coleta de informações essenciais sobre políticas públicas voltadas as comunidades e familias vulneráveis, desfechos avaliados e principais resultados de cada estudo. Esses dados foram analisados e sintetizados para fornecer uma visão abrangente e atualizada das estratégias utilizadas. Ao total foram encontraddos 120 artigos aos quais, foram utilizados apenas 45 estudos, para dar um embasamento teórico e fundamentar ainda mais a escrita deste estudo.

#### RESULTADOS

### A Importância da Atenção Primária à Saúde no Cenário Pós-Pandêmico

A pandemia trouxe à tona a fragilidade de nossos sistemas de saúde, expondo lacunas que, até então, passavam despercebidas. Neste contexto, a atenção primária à saúde se revelou fundamental, não apenas como primeiro contato do cidadão com o sistema, mas como um pilar essencial para a reconstrução da saúde coletiva (Rodrigues et al., 2022). A promoção do bem-estar, a prevenção de doenças e o manejo de condições crônicas se tornam mais relevantes do que nunca, demandando um olhar atento e humanizado para cada indivíduo.

De acordo com Da Almeida et al., (2020) no cenário pós-pandêmico, as pessoas enfrentam não apenas as consequências físicas da COVID-19, mas também impactos significativos na saúde mental, como o luto, a ansiedade e a solidão se tornaram companheiros frequentes em nossa sociedade (Marinho et al., 2024). A atenção primária à saúde pode oferecer um espaço seguro para que essas questões sejam abordadas, permitindo que os profissionais de saúde desenvolvam um relacionamento de confiança com os pacientes. Isso é vital para que as pessoas se sintam à vontade para expressar suas preocupações e buscar o apoio necessário.

Para Rosa-Comitre et al., (2023) a atenção primária atua como uma rede de suporte que integra diferentes serviços de saúde, essa abordagem permite que profissionais de diversas áreas







trabalhem juntos, promovendo um atendimento mais eficaz e centrado nas necessidades do paciente. O trabalho em equipe não só melhora a qualidade do atendimento, mas também garante que os aspectos sociais e emocionais do cuidado sejam considerados. Em um momento em que as comunidades precisam se reerguer, essa integração é fundamental (Anped, 2022).

Segundo Da Paixão et al., (2023) existe outro aspecto importante é a educação em saúde, a atenção primária não se limita ao tratamento, mas se estende à promoção de hábitos saudáveis e à conscientização sobre prevenção. Campanhas de vacinação, orientações sobre alimentação e atividades físicas, e estratégias para o cuidado da saúde mental são algumas das iniciativas que podem ser reforçadas nesse período (Silva et al., 2024). Empoderar as pessoas com conhecimento é um passo essencial para construir comunidades mais resilientes.

Já para Da Silveira et al., (2023) a importância da atenção primária à saúde no cenário póspandêmico não pode ser subestimada, o momento de valorizar esse nível de cuidado como a porta de entrada para um sistema de saúde mais justo e eficaz. Investir na atenção primária é investir no futuro da saúde coletiva, assegurando que cada indivíduo receba o cuidado que merece, com dignidade e respeito (Costa et al., 2023).

## Estratégias para Fortalecer a Saúde Familiar e Comunitária

De acordo com Brito, Mendes e Santos (2017) fortalecer a saúde familiar e comunitária é um desafio que requer um olhar atento e comprometido com as necessidades de cada indivíduo, levando em consideração que vive-se em um mundo que frequentemente prioriza a rapidez e a eficiência, é essencial resgatar a importância do cuidado humanizado, onde cada pessoa é vista como parte de um todo. A saúde não deve ser encarada apenas como a ausência de doenças, mas como um estado de bem-estar integral que envolve aspectos físicos, emocionais e sociais, sendo que para isso, é necessário implementar estratégias que promovam o fortalecimento das redes de apoio das famílias (Ribeiro et al., 2020).

Uma das principais estratégias é a promoção de programas de educação em saúde são os programas devem ser acessíveis e adaptados à realidade das comunidades, abordando temas como nutrição, saúde mental e prevenção de doenças (Tesser, Norman, Vidal, 2018). Ao fornecer informações relevantes, estamos capacitando as famílias a cuidarem de sua própria saúde, além de incentivá-las a adotarem hábitos saudáveis (Barbosa et al., 2028). É fundamental para que as pessoas se tornem protagonistas de suas histórias, construindo um ambiente mais saudável para todos.







De acorodo com Gomes e Fracolli, (2018) existe outra abordagem eficaz que pode proporcionar um fortalecimento as redes de suporte comunitário, Incentivar a criação de grupos de apoio, que promovam o compartilhamento de experiências e o auxílio mútuo, que podem ser um grande diferencial. Esses grupos não apenas oferecem suporte emocional, mas também criam um espaço seguro para discutir questões relacionadas à saúde, permitindo que as pessoas se sintam acolhidas e compreendidas (Diaz, 2017). Além disso, esses espaços podem facilitar o acesso a recursos e serviços de saúde, ampliando o alcance do cuidado.

A integração entre os serviços de saúde e as comunidades é igualmente crucial onde os profissionais de saúde devem estar presentes nos locais onde as pessoas vivem, realizando visitas domiciliares e promovendo ações que considerem as especificidades de cada família (Anped, 2022). Esse contato mais próximo permite que os profissionais entendam melhor as realidades enfrentadas, desenvolvendo intervenções mais adequadas e eficazes (Rodrigues et al., 2022). A saúde se torna, assim, um esforço conjunto, onde cada voz é ouvida e cada necessidade é atendida.

Barroso et al., (2021) afirma ser fundamental que as políticas públicas se orientem para o fortalecimento da saúde familiar e comunitária. Investimentos em infraestrutura, formação de profissionais e programas de prevenção são essenciais para garantir que todos tenham acesso a cuidados de qualidade. Ao priorizar a saúde nas esferas de decisão, estamos construindo um futuro mais saudável e equitativo com o comprometimento de cada um, pode-se criar uma rede de suporte que não apenas promova a saúde, mas que também celebre a vida e as relações humanas (Goulart et al., 2021).

#### Integrando Experiências Locais no Planejamento de Políticas Eficazes

O planejamento de políticas públicas eficazes exige uma escuta atenta e sensível às experiências locais onde as comunidades possuem saberes e vivências únicas que, quando integrados ao processo de formulação de políticas, podem resultar em soluções mais adequadas e impactantes (Neto, Baiardi, 2024). A valorização dessas experiências é fundamental para criar um ambiente onde as necessidades reais da população sejam atendidas, promovendo um desenvolvimento mais justo e inclusivo (Gomes, 2019).

A participação ativa da comunidade é um dos pilares dessa integração, têm a oportunidade de expressar suas opiniões e compartilhar suas histórias, elas se tornam agentes de mudança (Spaniol, Junior, Rodrigues, 2020). Isso não apenas fortalece o vínculo entre os cidadãos e as instituições, mas também enriquece o conhecimento dos formuladores de políticas (Da Cunha, 2018). Ao ouvir a voz da população, é possível identificar desafios específicos e co-criar estratégias







que reflitam a realidade vivida, garantindo que as políticas não sejam apenas impostas, mas construídas em conjunto.

De acordo com Schear et al., (2018) existe outro aspecto importante é o intercâmbio de experiências entre diferentes comunidades. As lições aprendidas em uma localidade podem ser valiosas para outras, proporcionando um aprendizado coletivo. Fomentar redes de colaboração entre comunidades permite a troca de práticas exitosas e a adaptação de abordagens que já demonstraram resultados positivos. Assim, é possível evitar erros e potencializar ações que realmente fazem a diferença na vida das pessoas.

Para Teles et al., (2020) a utilização de dados locais, coletados de forma participativa, é essencial para embasar as decisões políticas. Pesquisas que envolvem a comunidade na coleta e análise de informações promovem um entendimento mais profundo das dinâmicas sociais e das necessidades. Esses dados, quando utilizados para informar políticas, podem orientar ações que realmente respondam às demandas da população, garantindo que as iniciativas sejam eficazes e sustentáveis a longo prazo.

De acordo com Lemos, Andrade e Medeiros (2022) integrar experiências locais no planejamento de políticas públicas é um convite à construção de uma sociedade mais participativa e democrática. Quando cada pessoa é valorizada e suas experiências são consideradas, criamos um espaço onde a empatia e a solidariedade prevalecem. Esse modelo de governança não apenas fortalece as comunidades, mas também resulta em políticas mais eficazes e justas, que refletem a diversidade e a riqueza de nossas sociedades. Assim, juntos, podemos avançar em direção a um futuro mais equilibrado e inclusivo.

## Capacitando Famílias para uma Nova Era de Prevenção e Cuidado

A pandemia de COVID-19 nos trouxe lições valiosas sobre a importância da saúde e do cuidado em família, pois nesse novo cenário, capacitar as famílias para serem protagonistas em sua própria saúde foi uma estratégia fundamental para a construção de comunidades mais resilientes (De Morões Mota et al., 2018). Quando as famílias se sentem informadas e preparadas, elas se tornam agentes de mudança, capazes de adotar práticas preventivas que não apenas protegem a saúde individual, mas também promovem o bem-estar coletivo (Nascimento et al., 2018).

Para Ferreira et al., (2022) uma abordagem eficaz para essa capacitação é a educação em saúde, onde se oferece materiais informativos sobre temas como nutrição, saúde mental e prevenção de doenças pode fazer toda a diferença. Ao trazer profissionais de saúde para dialogar com as famílias, criamos um espaço de troca e aprendizado, onde todos têm a oportunidade de fazer







perguntas e esclarecer dúvidas (Marques, 2023). Esse conhecimento e dialogo é essencial para que as famílias se sintam orientadas para tomar decisões sobre sua saúde e a de seus entes queridos.

Segundo De Barros et al., (2017) afirma que além disso, o fortalecimento das redes de apoio comunitário desempenha um papel importante nesse processo, quando as famílias se unem e compartilham suas experiências, elas criam um ambiente de suporte mútuo. Já para Hidalgo, Klein, (2017) os grupos de discussão e apoio podem ser criados para que os membros da comunidade troquem dicas e práticas que funcionaram em suas rotinas. Essa colaboração não só amplia o conhecimento coletivo, mas também fortalece os laços sociais, essenciais para enfrentar os desafios que surgem.

De acordo com Esperidião, Farinhas, Saidel, (2020) existem outras estratégias importantes para a promoção de práticas de autocuidado e saúde mental, em tempos de incerteza, é vital que as famílias aprendam a cuidar não apenas do corpo, mas também da mente. Programas que incentivem a prática de atividades físicas, meditação e momentos de lazer em família são essenciais para o bem-estar emocional. O autocuidado deve ser visto como uma prioridade, ajudando a construir resiliência e a capacidade de lidar com as adversidades do dia a dia (Cavalcante et al., 2020).

Fischer, Burda, Rosaneli, (2022) afirmam que capacitar famílias para uma nova era de prevenção e cuidado é um investimento no futuro da saúde pública, até mesmo quando as famílias são educadas e orientadas, elas não apenas cuidam melhor de si mesmas, mas também se tornam defensoras de um sistema de saúde mais justo e acessível.

#### Como Medir o Sucesso das Políticas Públicas Pós-Pandemia

A pandemia de COVID-19 desafiou a maneira como pensamos e implementamos políticas públicas, tornando essencial a avaliação de seu sucesso em um novo contexto (Medeiros et al., 2023). De acordo com Mendes, (2020) medir a eficácia dessas políticas vai além de indicadores tradicionais; é necessário considerar a experiência vivida pela população. A abordagem humanizada para essa avaliação deve focar não apenas nos números, mas também nas histórias e nas realidades das pessoas afetadas, garantindo que as políticas realmente atendam às suas necessidades.

De acordo com Campello, (2021) um dos primeiros passos para essa medição é o envolvimento da comunidade no processo de avaliação, ao permitir que as vozes dos cidadãos sejam ouvidas, podemos obter informações valiosas sobre como as políticas impactam essas vidas. Isso pode ser feito por meio de entrevistas, grupos focais e questionários que explorem tanto os resultados quantitativos quanto qualitativos. Essa escuta ativa não apenas enriquece os dados, mas também reforça a confiança entre a população e os formuladores de políticas (Godinho et al., 2022).







Segundo Demarchi, Maieski, (2022) é fundamental estabelecer indicadores que reflitam a realidade pós-pandemia, onde a saúde mental, a segurança alimentar e o acesso a serviços essenciais devem ser considerados ao avaliar o sucesso das políticas implementadas, por exemplo, medir o aumento na utilização de serviços de saúde mental ou a redução de situações de vulnerabilidade social pode oferecer uma visão mais completa do impacto das políticas. Esses indicadores devem ser adaptáveis, permitindo ajustes à medida que novas necessidades emergem.

Já para Lucca-Silveira, Barbosa, (2021) existem outros aspectos importantes para a transparência na divulgação dos resultados, compartilhar informações sobre o desempenho das políticas com a comunidade não só promove a responsabilidade, mas também incentiva a participação ativa. Quando as pessoas têm acesso a dados sobre como as políticas estão funcionando, elas se sentem mais motivadas a se engajar e a colaborar com as iniciativas (Medeiros et al., 2023). A comunicação clara e acessível é fundamental para construir uma cultura de participação cidadã.

De acordo com (Cavalcante et al., 2020) medir o sucesso das políticas públicas póspandemia exige uma visão humanizada e integrada, onde é essencial que os formuladores de políticas olhem além dos resultados imediatos e considerem o impacto a longo prazo nas comunidades. Assim, podemos avançar em direção a um futuro onde as políticas públicas não apenas respondam às crises, mas também promovam o bem-estar e a dignidade de todos os cidadãos.

#### DISCUSSÃO

De acordo com Araujo et al., (2023) a pandemia de COVID-19 desafiou os sistemas de saúde de todo o mundo, revelando lacunas significativas na atenção primária, observando nesse novo cenário, foi necessário repensar as políticas públicas voltadas para a saúde das famílias e das comunidades. Já para Cirino et al., (2021) a saúde não pode ser vista apenas como a ausência de doenças; ela envolve bem-estar físico, mental e social. Portanto, é fundamental que as políticas sejam desenhadas com uma visão holística, considerando todas as dimensões que impactam a vida das pessoas.

Para Graff e Toassi, (2021) existe alguns aspectos a serem considerados e que são de necessidade de uma abordagem centrada nas pessoas, sendo quue as políticas devem ser adaptadas às realidades locais, reconhecendo as particularidades culturais, sociais e econômicas de cada comunidade. Isso implica ouvir ativamente as vozes das famílias e permitir que suas experiências sejam incorporadas nas decisões. De acordo com Demarchi, Maieski, (2022) quando as pessoas se







sentem ouvidas e valorizadas, elas se tornam mais propensas a se engajar e a colaborar nas iniciativas de saúde, criando um ciclo virtuoso de cuidado e solidariedade.

A educação em saúde emerge como uma estratégia vital nesse contexto. Capacitar as famílias com informações sobre prevenção, autocuidado e manejo de doenças pode transformar a forma como as comunidades enfrentam desafios de saúde (De Morões Mota et al., 2018). Para Ferreira et al., (2022) programas educativos que sejam acessíveis e relevantes podem não apenas melhorar a saúde individual, mas também fortalecer o tecido social, promovendo um senso de comunidade e apoio mútuo. A saúde coletiva se fortalece quando todos se sentem capacitados a cuidar de si e dos outros.

De acordo com (Neto, Baiardi, 2024) a integração dos serviços de saúde com outras áreas, como assistência social, educação e habitação fazem-se importante, pois a saúde não é um tema isolado; ela está interligada a fatores sociais que afetam diretamente o bem-estar das famílias. Políticas que promovem a colaboração intersetorial podem abordar de forma mais eficaz as determinantes sociais da saúde, garantindo que as famílias tenham acesso não apenas a cuidados médicos, mas a um conjunto de recursos que favoreçam uma vida digna e saudável (Cavalcante et al., 2020)..

Além disso, é importante que as políticas públicas sejam baseadas em dados concretos e evidências (Godinho et al., 2022). A coleta de informações deve ser contínua e incluir indicadores de saúde física e mental, bem como a percepção da comunidade sobre a eficácia das políticas implementadas (Fischer, Burda, Rosaneli, 2022). Essa avaliação constante permitirá ajustes necessários, garantindo que as iniciativas permaneçam relevantes e eficazes. Transparência e comunicação clara sobre os resultados das políticas são fundamentais para construir confiança entre a população e as instituições.

Segundo De Barros et al., (2017) afirma que é vital reconhecer que o fortalecimento da saúde das famílias e das comunidades é uma responsabilidade compartilhada. Governos, profissionais de saúde, organizações da sociedade civil e cidadãos têm papéis a desempenhar na construção de um sistema de saúde que realmente atenda às necessidades de todos. Ao trabalharmos juntos, podemos criar um futuro mais saudável e justo, onde cada indivíduo se sinta apoiado e capaz de contribuir para o bem-estar coletivo. Essa visão de colaboração é a chave para uma atenção primária à saúde que realmente faça a diferença nas vidas das pessoas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**







As políticas públicas voltadas para a saúde das famílias e das comunidades desempenham um papel crucial no cenário pós-pandemia. A COVID-19 não apenas expôs as fragilidades de nossos sistemas de saúde, mas também ressaltou a necessidade urgente de uma abordagem mais humanizada e integrada na atenção primária. Ao priorizarmos o cuidado centrado nas pessoas, garantimos que as políticas não sejam apenas um conjunto de diretrizes, mas sim uma resposta real às necessidades vividas pela população.

A participação ativa das comunidades na formulação e implementação dessas políticas é um aspecto essencial que não pode ser negligenciado. Quando as vozes das pessoas são ouvidas e suas experiências são valorizadas, as soluções tendem a ser mais eficazes e adaptadas à realidade local. Isso promove um senso de pertencimento e empoderamento, permitindo que as famílias se tornem protagonistas de sua própria saúde. O envolvimento da população é, portanto, uma chave para o sucesso de qualquer estratégia de saúde pública.

Ademais, a educação em saúde emerge como uma ferramenta poderosa para transformar a realidade das comunidades. Programas que abordam a prevenção de doenças, a saúde mental e o autocuidado devem ser amplamente divulgados e acessíveis. Ao capacitarmos as famílias com conhecimento, estamos não apenas promovendo uma saúde mais sólida, mas também construindo redes de apoio mútuo que fortalecem o tecido social. A saúde deixa de ser uma responsabilidade exclusiva do sistema e passa a ser uma missão compartilhada por todos.

Por fim, é fundamental que as políticas públicas sejam constantemente avaliadas e ajustadas, refletindo as mudanças nas necessidades da população. A flexibilidade e a capacidade de adaptação são essenciais em um mundo em constante transformação. Ao adotar uma postura de aprendizado contínuo e de escuta ativa, poderemos construir um futuro onde a saúde das famílias e comunidades é verdadeiramente priorizada, criando um ambiente mais saudável, equitativo e acolhedor para todos.

### REFERÊNCIAS

ANPED, D. A. O papel da Atenção Primária à Saúde no enfrentamento da pandemia de Covid-19: potência e desafios da formação Multiprofissional. Saberes e práticas na Atenção Primária à Saúde em tempos de pandemia da Covid-19, p. 33, 2022.

ARAÚJO, Patrícia Sodré et al. Efeitos da pandemia de COVID-19 no trabalho em vigilância sanitária. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, p. 1365-1376, 2023.

AZEVEDO, Helder Lima Garcia. Pandemia da covid-19: atuação de enfermeiro no contexto da atenção primária à saúde em municípios da região Centro-Oeste e Distrito Federal. 2024.







BARBOSA, Fernanda Elizabeth Sena et al. Oferta de práticas integrativas e complementares em saúde na estratégia saúde da família no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00208818, 2019.

BARROSO, Lysrayane Kerullen David et al. Educação Permante em Saúde: uma estratégia para capacitação de profissionais da Estratégia de Saúde da Família. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 4, p. 37358-37365, 2021.

BRITO, Geraldo Eduardo Guedes de; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SANTOS, Pedro Miguel dos. O objeto de trabalho na Estratégia Saúde da Família. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, n. 64, p. 77-86, 2017.

CAMPELLO, Tereza. É necessário enfrentar e é possível superar a fome de novo. **Políticas Públicas para o combate à fome. São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária**, p. 31-48, 2021.

CASTRO-SILVA, Carlos Roberto de; IANNI, Aurea; FORTE, Elaine. Desigualdades e subjetividade: construção da práxis no contexto da pandemia de covid-19 em território vulnerável. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 2, p. e210029, 2021.

CAVALCANTE, Francisco et al. Intervenções para promoção da saúde mental durante a pandemia da COVID-19. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 21, n. 3, p. 582-593, 2020.

CIRINO, Ferla Maria Simas Bastos et al. Desafios da atenção primária no contexto da COVID-19: a experiência de Diadema, SP. **Revista brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 16, n. 43, p. 2665-2665, 2021.

COSTA, Karine Bezerra et al. Telessaúde na atenção primária à saúde: análise documental de políticas públicas lançadas a partir da pandemia de COVID-19, no Brasil e nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. 2023. Tese de Doutorado.

DA CUNHA, Carla Giane Soares. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento**, n. 12, 2018.

DA PAIXÃO, Lucinete Ramos et al. DIFICULDADES DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE DIANTE A PANDEMIA DO CORONAVIRUS. **REVISTA FOCO**, v. 16, n. 7, p. e2474-e2474, 2023.

DA SILVEIRA, Bárbara Mohr et al. O trabalho interprofissional na Atenção Primária à Saúde na Pandemia de COVID-19: Interprofessional work in Primary Health Care in the COVID-19 Pandemic. **Saúde em Redes**, v. 9, n. 1, p. 4004-4004, 2023.

DE BARROS, SIBELLE MARIA MARTINS et al. Fortalecendo a rede de apoio de mães no contexto da síndrome congênita do vírus Zika: relatos de uma intervenção psicossocial e sistêmica. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 26, n. 58, p. 38-59, 2017.

DE CASTRO, Luana et al. O contexto Político-Institucional do cuidado em saúde em tempos de pandemia de Covid-19: repercussões sobre a experiência na Residência Multiprofissional em Saúde da Família no município do Rio De Janeiro7. **Saberes e práticas na Atenção Primária à Saúde em tempos de pandemia da Covid-19**, p. 122, 2022.

DEMARCHI, Clovis; MAIESKI, Elaine Cristina. INDICADORES SOCIAIS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA AMFRI: DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO EM RELAÇÃO AO ODS 4 DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19: SOCIAL INDICATORS FOR PUBLIC EDUCATION POLICIES IN AMFRI MUNICIPALITIES: DIAGNOSIS OF THE







SITUATION IN RELATION TO SDG 4 DURING THE COVID-19 PANDEMIC. **Ponto de Vista Jurídico**, v. 11, n. 2, p. 1-24, 2022.

DE NORÕES MOTA, Daniele et al. Tecnologias da informação e comunicação: influências no trabalho da estratégia Saúde da Família. **Journal of Health Informatics**, v. 10, n. 2, 2018.

DIAZ, Zoraida Mercedes Granda. Genética Comunitária: aplicação de estratégias educativas de prevenção na APS em Cariacica, Espírito Santo. **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.** 2017.

ESPERIDIÃO, Elizabeth; FARINHAS, Marciana Gonçalves; SAIDEL, Maria Giovana Borges. Práticas de autocuidado em saúde mental em contexto de pandemia. Esperidião, E. & Saidel, MGB Enfermagem em Saúde mental e Covid-19, p. 67-73, 2020.

FERREIRA, Gilanne da Silva et al. Gerenciamento do cuidado ao idoso frágil em domicílio: capacitando cuidadores e familiares. 2022.

FISCHER, Marta Luciane; BURDA, Tuany Anna Maciel; ROSANELI, CAROLINE FILLA. O autocuidado para saúde global: um compromisso ético com a coletividade. **HOLOS**, v. 4, 2022.

FONTENELE JUNIOR, Antonio Ademar Moreira. Condições de trabalho na estratégia Saúde da Família pós pandemia de covid-19: um olhar para os profissionais que compõe a equipe de Atenção Primária à Saúde. 2024.

GODINHO, Sandra et al. A Covid-19 e a sociedade portuguesa: Avaliação, estratégia e políticas públicas baseadas na resiliência para responder ao risco sistémico da Covid-19. **Um novo normal? Impactos e lições de dois anos de pandemia em Portugal**, p. 111-173, 2022.

GOMES, Maria Fernanda Pereira; FRACOLLI, Lislaine Aparecida. Avaliação da estratégia saúde da família sob a ótica dos profissionais. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 31, n. 3, 2018.

GOMES, Sandra. Sobre a viabilidade de uma agenda de pesquisa coletiva integrando implementação de políticas, formulação e resultados. **Teorias e análise sobre implementação de políticas públicas no Brasil**, p. 39-66, 2019.

GOULART, Letícia Silveira et al. COVID-19 na Estratégia Saúde da Família: uma análise de como a população percebe e adota as medidas de prevenção. **Revista de APS**, v. 24, 2021.

HIDALGO, Gisele; KLEIN, Amarolinda. Comunidades de prática como meio de desenvolvimento profissional de grupos em situação de vulnerabilidade social1. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 23, p. 93-125, 2017.

LUCCA-SILVEIRA, Marcos Paulo; BARBOSA, Rogério Jerônimo. O futuro das transferências de renda no Brasil: dilemas empíricos e normativos para um programa pós-pandemia e pós-auxílio emergencial. **Sociologia & Antropologia**, v. 11, p. 67-92, 2021.

MARINHO, Lúcia de Fátima Pereira Leite et al. A PANDEMIA PASSA: REFLEXÕES SOBRE O LUTO E AS PERDAS VIVIDAS DURANTE A PANDEMIA. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 9, p. 1173-1185, 2024.

MARQUES, Maria Rosa Ferreira. **Integração da Família nos cuidados-Intervenções de Enfermagem em Saúde Familiar**. 2023. Tese de Doutorado.

MEDEIROS, Fábia Cristina Mortean de et al. Análise de Políticas Públicas no contexto do retorno às aulas pós-pandemia da Covid-19: a fluência leitora de estudantes do 2º ano do ensino fundamental. 2023.







MENDES, Marcelo De Sá. A Crise Da COVID-19: A Resposta Do Estado Brasileiro E Os Desafios Pós Pandemia. **Boletim Economia Empírica**, v. 1, n. 4, 2020.

NASCIMENTO, Cynthia Maria Barboza do et al. Configurações do processo de trabalho em núcleos de apoio à saúde da família eo cuidado integral. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, n. 3, p. 1135-1156, 2018.

NETO, Rivaldo Ribeiro Sobral; BAIARDI, Amilcar. Acertos e desacertos no planejamento e implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL): contribuições para o desenvolvimen-to sustentável local pela via fiscal. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 22, n. 6, p. e5357-e5357, 2024.

PEREIRA, Maria Clara Leal et al. SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: DESAFIOS ESTRUTURAIS E NECESSIDADES DE INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS PARA A MELHORIA DO SISTEMA. **Revista Cedigma**, v. 2, n. 3, p. 64-80, 2024.

QUIRINO, Túlio Romério Lopes et al. Estratégias de cuidado à saúde mental do trabalhador durante a pandemia da COVID-19: uma experiência na Atenção Primária à Saúde. **Estudos Universitários: revista de cultura**, v. 37, n. 1e2, p. 172-91, 2020.

RIBEIRO, Marcos Aguiar et al. Organização da Atenção Primária à Saúde para o enfrentamento da COVID-19: Experiência de Sobral-CE. **APS em Revista**, v. 2, n. 2, p. 177-188, 2020.

RODRIGUES, Silvia Isabel Pimenta Rosa et al. Avaliação da integração das ações de vigilância da Covid-19 na atenção primária à saúde: uma perspectiva das equipes de Saúde da Família do município de Angra dos Reis. 2022. Tese de Doutorado.

ROSA-CÓMITRE, Ana Carolina Diniz et al. Processo de descaracterização da Atenção Primária à Saúde durante a Pandemia no SUS, Campinas-SP, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 3553-3562, 2023.

SILVA, Cícera Renata Diniz Vieira et al. Conceito de saúde digital na atenção primária à saúde (2020-2022): um estudo baseado no método evolucionário de Rodgers. **Boletim de Conjuntura** (**BOCA**), v. 17, n. 49, p. 432-454, 2024.

SPANIOL, Marlene Inês; JÚNIOR, Martim Cabeleira Moraes; RODRIGUES, Carlos Roberto Guimarães. Como tem sido planejada a segurança pública no Brasil? Análise dos planos e programas nacionais de segurança implantados no período pós-redemocratização. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 14, n. 2, p. 100-127, 2020.

SCHERER, Charleni Inês et al. O trabalho em saúde bucal na Estratégia Saúde da Família: uma difícil integração?. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 233-246, 2018.

TELES, Figueiredo Inês Dolores et al. Planejamento estratégico como ferramenta de gestão local na atenção primária à saúde. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 8, n. 1, p. 27-38, 2020.

TESSER, Charles Dalcanale; NORMAN, Armando Henrique; VIDAL, Tiago Barra. Acesso ao cuidado na Atenção Primária à Saúde brasileira: situação, problemas e estratégias de superação. **Saúde em Debate**, v. 42, n. spe1, p. 361-378, 2018.

